

OSMAR HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA

**RIBEIRÃO DAS NEVES: UM ESPAÇO SEGREGADO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

**VIÇOSA, MINAS GERAIS.
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGE**

**RIBEIRÃO DAS NEVES: UM ESPAÇO SEGREGADO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

VIÇOSA, MINAS GERAIS.
2014

**RIBEIRÃO DAS NEVES: UM ESPAÇO SEGREGADO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Banca Examinadora

Professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

Orientadora

Departamento de Geografia - UFV

Professora Marilda Teles Maracci

Departamento de Geografia - UFV

Professora Janete Regina de Oliveira

Departamento de Geografia - UFV

VIÇOSA, MINAS GERAIS
2014

*Para meus pais, meus exemplos,
para Tali, minha linda e
para Fabi, meu amor.*

AGRADECIMENTOS

Faltam-me palavras para agradecer a todos que me ajudaram, apoiaram e estiveram ao meu lado para que esse trabalho fosse concluído.

Agradeço aos meus pais, Márcio e Graça, que me possibilitaram a oportunidade de vir estudar em Viçosa. Sem medir esforços vocês me proporcionaram tudo de melhor para que eu tivesse a melhor estadia possível durante minha formação na UFV.

À minha irmã, minha amiga, minha companheira, minha melhor parte, meu amor, meu tudo: Tali você sempre foi e será meu porto seguro. Agradeço todo dia por ter você como irmã. Obrigado pelos 'puxões de orelha'!

Gostaria de agradecer as minhas Tias Márcia, Miriam, Cida e Lú, que me ajudaram a elaborar esse trabalho. À minha prima Elen, meu exemplo de dedicação aos estudos. Ao meu primo André pelas dúvidas tiradas por mensagens. Agradeço a Anette pelas informações disponibilizadas para a realização desse trabalho. À minha Vó Judi, sempre me recebendo em Neves com muito amor e com uma broa deliciosa.

Agradeço a minha família de Sete Lagoas, por serem simplesmente vocês e estarem sempre ao meu lado. *Beijos*. amo vocês!

Com muito carinho agradeço a minha orientadora Prof^a Maria Isabel de Jesus Chrysosomo, que se dispôs a me orientar para a realização deste trabalho, pela atenção, compreensão e palavras de incentivo. Gostaria de agradecer também pela confiança e por acreditar na proposta do trabalho. Muito Obrigado!

Por último, mas não menos importante agradeço a pessoa que foi fundamental para que essa monografia fosse concluída. Fabi, obrigado imensamente pelo amor, pelo carinho, dedicação, compreensão, paciência e por estar ao meu lado todos os dias, mesmo que distante sua presença foi essencial e o motivo para que esse trabalho fosse finalizado. Esse é pra você!

Em suma, obrigado imensamente a todos que estiveram presentes na minha vida acadêmica e me ajudaram chegar até aqui!

Talvez, hoje, seja tudo o que nos resta.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A SEGREGAÇÃO URBANA NO BRASIL	5
1.1 Cidade e Urbanização no Brasil.....	5
1.2 Segregação Urbana	7
1.3 A segregação urbana nas metrópoles brasileiras	10
CAPÍTULO 2 - A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E O PAPEL DA CIDADE DE RIBEIRÃO DAS NEVES	13
2.1 A capital Belo Horizonte e o processo de metropolização de 1930 – 1970	13
2.2 A criação da Região metropolitana de Belo Horizonte e o processo de periferização ...	16
2.3 O papel de Ribeirão das Neves na RMBH.	20
CAPÍTULO 3 – RIBEIRÃO DAS NEVES: UM ESPAÇO SEGREGADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.....	23
3.1 Formações históricas e econômicas	23
3.2 Neves e a Expansão de crescimento da RMBH.....	27
3.2.1 Expansão Urbana em direção ao Vetor Norte Central – O caso específico de Ribeirão das Neves.....	27
3.2.2 Loteamentos populares e a população.....	29
3.2.3 A articulação com a RMBH.....	32
3.3 O Plano Diretor	33
CAPÍTULO 4 - A SEGREGAÇÃO, A PERIFERIA E O ESPAÇO DE RIBEIRÃO DAS NEVES	35
4.1 O espaço de Ribeirão das Neves	35
4.2 Segregação e espaço homogêneo.....	37
CONCLUSÕES	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	45

1 - INTRODUÇÃO

As cidades são construções históricas e suas formas atuais refletem sobreposições destes processos (SANTOS, 1994). O urbano pode ser entendido como um processo abstrato que se materializa em formas, ações e aspectos culturais, sendo ao mesmo tempo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante da sociedade, conjunto de símbolos e palco de lutas. “É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORREA, 2004).

O processo de formação do espaço urbano conecta-se à industrialização. Segundo Lefebvre (1991) os processos de industrialização e urbanização são faces de uma mesma moeda, de modo que devemos estudá-los conjuntamente para que entendamos a formação do espaço urbano. No Brasil o processo de urbanização é relativamente novo. No entanto trazemos no nosso crescimento urbano resquícios da história colonial, que marcaram a industrialização, intensificada nos anos 50 e 60 em consequência da política modernizadora proposta pelo presidente JK em seu governo e após o período militar. A partir desse contexto que o Brasil passa a ter uma concentração populacional nos grandes centros urbanos e nas cidades de médio porte. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que a população brasileira é cada vez mais urbana, sendo que no ano de 2010 apenas 15,64% da população total tinha sua situação de domicílio em áreas consideradas rurais em comparação a 1980 em que a mesma população representava 32,30%. (Fonte: IBGE, Censo demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010).

Esse crescimento vertiginoso da população urbana brasileira em um curto intervalo de tempo - 30 anos - trouxe diversos problemas sociais e urbanos para as cidades devido à ausência de políticas públicas dos governos para receberem a população que buscava nas cidades melhores oportunidades de vida.

A falta de condições para abrigar a população, aliada aos problemas decorrentes desta situação, refletiu no espaço das cidades brasileiras criando áreas nas quais os aspectos da segregação socioespacial ficam evidenciados. Esse processo é discutido por Campos (2009, p. 14) que assinala como sendo a consequência do processo de urbanização, uma vez que este é fruto da necessidade da acumulação capitalista e evidencia as diferentes formas de apropriação do espaço urbano pelas diferentes classes sociais.

Segundo Villaça a “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole.” (VILLAÇA, 1998, p. 142). Para o autor nas metrópoles brasileiras observam-se os mais diversos tipos de segregação. A segregação aqui abordada, a socioespacial, é a que prevalece na estruturação das metrópoles.

No Brasil o processo de segregação espacial origina as periferias, regiões distantes do núcleo central da metrópole. Nessa distância, física ou social, é possível perceber a escassez de infraestruturas básicas disponíveis para a população que ali vive, gerando uma dependência do núcleo central. Mendonça (2002) afirma que tanto a distância física quanto a social podem ser observadas nas cidades contemporâneas. As favelas exemplificam a proximidade física juntamente com uma imensa distância social em relação às demais classes sociais. Já os grupos mais pobres da população que habitam a longas distâncias do centro metropolitano são exemplos de que a distância social pode também acontecer simultaneamente à distância física.

Para Kowarick (1979) o Estado tem um papel fundamental nesse processo de segregação do espaço urbano, pois é o agente que produz e transforma tal espaço. É de responsabilidade do Estado criar infraestruturas urbanas e econômicas, criar leis de uso e ocupação do solo e ainda responder como o ator que cria condições para que o capital privado atue efetivamente no espaço urbano.

Considerando esse contexto, atentamos para a produção da habitação, bem que para ser produzido depende de investimentos em infraestruturas de serviços básicos à população. É, assim, um condicionante decisivo ao preço final da terra. As classes populares por não disporem de renda acabam ‘empurradas’ para as áreas mais distantes e com menos serviços públicos, neste aspecto tais grupos seguem “os fluxos dos interesses imobiliários e os investimentos públicos colocam-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do capital imobiliário.” (CAMPOS, 2009).

Nesse viés a questão da segregação na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é vista por Mendonça (2002) no sentido de que:

“aprofunda-se o movimento de auto-segregação das categorias dirigentes e aumenta a distância social entre essas categorias e os trabalhadores em geral, cristalizada na forma de contínuo movimento de periferização dos segmentos operários e populares.” (MENDONÇA, 2002, p.2).

Tendo em vista estas questões, a proposta dessa pesquisa é compreender como a segregação socioespacial se manifesta no espaço de Ribeirão das Neves, município localizado no Eixo Norte da RMBH. A cidade em questão caracteriza-se por uma densa população de

baixa renda per capita, que apresenta altas taxas de desemprego, expressivo movimento pendular e alto nível de violência e déficit habitacional, explicitando a inserção do município no contexto metropolitano, como um espaço periférico segregado, desarticulado e marginalizado, revelando um quadro generalizado de carências urbanas.

Além desse quadro socioeconômico, Ribeirão das Neves abriga em seu território cinco unidades prisionais, Centro de Recuperação José Maria Alkimim (antiga PAN, 1937); Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira (antiga cadeia pública de Belo Horizonte, transferida para Ribeirão das Neves na década de 1960); Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves (1982); Penitenciária Inspetor Jorge Martinho Drumond (2006); Complexo Penitenciário Público Privado (2013). Elementos, que segundo funcionários da Prefeitura Municipal acarretam entre outros problemas um ônus para as Secretarias de Saúde e de Assistência Social.

É de nosso interesse demonstrar que desde sua origem são observados vários fatores que favoreceram a pobreza na grande maioria do território nevensense, fato este que transformou o município em um espaço de periferia.

Para realizamos esta pesquisa, recorreremos a um levantamento bibliográfico sobre Ribeirão das Neves, seu crescimento e desenvolvimento tendo em vista a criação e desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foi investigado o papel dos agentes formadores do espaço urbano a partir da condição atual e dos objetos presentes neste espaço. Assim como foi pesquisado a implantação das penitenciárias no território de Neves e como elas influenciam na vida dos moradores da cidade. Foram analisadas as transformações socioespaciais no processo de urbanização e desenvolvimento de Ribeirão das Neves em decorrência das políticas de ação do Governo do Estado, no período de 1940 a 2000.

A primeira etapa do nosso trabalho consistiu de coleta de dados secundários, sendo feitas pesquisas bibliográficas em revistas, artigos, livros e outros trabalhos publicados sobre a temática. Foram coletados também dados sobre a cidade, como a população e a infraestrutura, reunidos nas diversas fontes como Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, Fundação João Pinheiro, IBGE e outros órgãos públicos e privados da mesma natureza. No segundo momento foi feita a coleta dos dados primários através de visitas em bairros previamente selecionados. Foram realizadas entrevistas com a população residente desses bairros selecionados, com o objetivo de obter informações da população sobre o processo segregatório do município de Ribeirão das Neves. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, seguindo um roteiro pré-determinado. Também foram realizadas conversas

informais com moradores com o intuito de observamos a visão dos moradores referente ao estigma da cidade como ‘cidade presídio’ e ‘cidade periferia’.

Para discutir tal questão essa monografia foi dividida em quatro capítulos. O primeiro versa sobre o conceito de segregação urbana e a sua atividade nas metrópoles brasileiras. No segundo capítulo temos a apresentação da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a análise da sua periferização, com ênfase na cidade de Ribeirão das Neves. O terceiro capítulo explora a construção do espaço de Neves, observando sua expansão enquanto bairro periférico, assim como o papel do Estado nesse processo. No último capítulo discutimos o espaço de Neves enquanto espaço integrante da RMBH e espaço segregado.

Justificamos aqui essa pesquisa por esta poder trazer resultados que direcionem e efetivem as políticas públicas adotadas na cidade, buscando melhorar as condições de habitação e vivência nesse espaço segregado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO 1 - A SEGREGAÇÃO URBANA NO BRASIL

1.1 Cidade e Urbanização no Brasil

O processo de urbanização no Brasil, semelhante a outros países da América Latina, intensificou-se especialmente durante a segunda metade do século XX. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população urbana que em 1940 era de 26,3% do total salta para 84,3% do total em 2010. Nesse processo foi observado um crescimento de mais de 148 milhões de pessoas, que agora moram nas áreas urbanas no Brasil em um período de 70 anos.

Segundo Maricato (2000) a urbanização brasileira, a princípio, foi fortemente influenciada por três fatores: a privatização da terra (Lei de terras, 1850) e a pouca importância dada à força de trabalho, mesmo com a ascensão do trabalhador livre e a importância do trabalho escravo – destinados à construção e manutenção dos edifícios e das cidades. Posteriormente, o papel da industrialização, a partir de 1930 e principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial contribuiu para intensificar a urbanização no Brasil, culminando no surgimento de metrópoles.

Em 1950, o Brasil passa a produzir mais bens duráveis e também bens de produção, entrando em uma nova fase do processo de industrialização. Esse cenário promoveu mudanças significativas na vida dos consumidores, assim como na habitação e nas cidades (MARICATO, 2000). A cidade passa a ser produzida na tentativa de se adequar ao número de veículos e proporcionar maior fluidez a estes. A habitação ganha novas formas e, logo, é necessário pensar as mais variadas maneiras de concebê-la na tentativa de adequar-se aos novos requisitos e tendências urbanísticas que se desenvolvem para melhor aproveitamento e aparência das cidades.

É importante assinalar que no decorrer do Período Militar criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que favoreceram o gerenciamento das cidades com políticas de produção e concepção. Assim os recursos financeiros foram direcionados para o mercado habitacional, em proporções nunca vistas no país. Nesse contexto as cidades assistem a um processo de verticalização, provocado pela construção de edifícios de apartamentos, iniciado na década de 1940. A introdução do

apartamento no âmbito urbano se deu em Copacabana, Rio de Janeiro, como principal forma de moradia da classe média, entretanto foi após o SFH que o mercado de promoção imobiliária privada, caracterizada pelos edifícios de apartamentos, se consolidou através de uma explosão imobiliária. (RIBEIRO, 1997 *apud* MARICATO, 2001).

Contudo, o financiamento imobiliário não contribuiu para que o acesso a terra fosse facilitado e atendesse a todas as classes sociais, restringindo-se somente a classe média e alta. Seguido disso há entre 1980 e 1990 a grande recessão, caracterizando-se pelas taxas do crescimento demográfico superando as do crescimento do PIB, o que acarretou no déficit das taxas do PIB per capita durante a década de 80. No decurso dessas duas décadas foi possível observar a concentração da pobreza no espaço urbano. O Brasil, pela primeira vez na sua história, contém multidões concentradas em vastas regiões, sejam em morros, várzeas, planícies, e todas marcadas pela pobreza homogênea (MARICATO, 2001).

No entanto o crescimento das metrópoles, a partir dos anos 80 foi mais expressivo nas periferias das metrópoles em relação aos núcleos centrais. Assim como as regiões metropolitanas observaram suas periferias crescerem em proporção maior que suas áreas centrais (MARICATO, 2001). Podemos explicar tal fato através de dois fenômenos: o êxodo rural e o acesso à terra urbana, fenômenos estes associados à mecanização do campo e a procura por empregos e melhores condições de vida nas cidades. Esse processo de deslocamento de um grande número de pessoas para as metrópoles favoreceu a expansão das áreas periféricas uma vez que a população imigrante, sem renda para morar no núcleo central, se direcionava para as áreas circundantes onde o preço da terra é mais acessível.

Com o intenso processo de metropolização vários problemas surgiram no espaço urbano. Esses são resultado de um fenômeno urbano característico de muitos países subdesenvolvidos: a macrocefalia urbana. Tal processo acarreta como tantos outros, a expansão urbana associada à segregação urbana e periferização da metrópole, problemas que serão abordados no próximo tópico.

1.2 Segregação Urbana

Para compreendermos a segregação urbana é preciso analisar o conceito de espaço, uma vez que é ele o nosso objeto de estudo. O conceito de “espaço” tem sua significação baseada enquanto atributo das relações sociais. Nesse contexto admitimos que o espaço resulta da ação antrópica na natureza, dando forma e agregando valores e funções. (GONÇALVES, 2013).

Santos (1996) ao discutir tal conceito no livro ‘A Natureza do Espaço’ coloca que:

"[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica – um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p.63).

Podemos definir o espaço como a união de objetos que nele se fazem presentes e a viabilidade da atuação social. Segundo Gonçalves a relação dialética existente entre sociedade e natureza, determinada em um tempo histórico, contribui para a construção do conceito de espaço, uma vez que este é o resultado e resultante da dinâmica social, “define-se dentro de uma totalidade, estruturado a partir de formas e funções que variam no tempo e conforme cada sociedade” (GONÇALVES, 2013, p. 25).

Santos (1996), ao apresentar categorias de forma, função, estrutura e processo como uma metodologia de análise do espaço geográfico afirma o espaço como um conjunto de objetos que são criados na medida do trabalho do homem e esses são condicionantes para a reprodução social. Nessa mesma visão, para Castro et. al. (1996) o espaço geográfico está inserido no processo de desenvolvimento da sociedade, pela reprodução social, de modo que essa reprodução esta fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. Como produto social o espaço manifesta a ação das classes sociais em formas espaciais, como por exemplo, a segregação, em que grupos sociais se excluem (autosegregação) ou são excluídos (segregação imposta) para áreas que atendam suas necessidades, sejam elas de privacidade e segurança ou acesso a terra mais barata.

De acordo com Mendonça (2002, p.8) a noção de segregação não possui uma significação específica para ser usada como um termo preciso que classifica áreas ou pessoas. A autora referencia Brun (1994) que justifica a utilização do termo em vários contextos. Este afirma também que o emprego do vocábulo segregação muitas vezes é carregado de uma

conotação negativa quando usado, por exemplo, para exemplificar mistura de populações e a formação de zonas diferenciadas de um cenário específico.

Ao longo do trabalho, utilizamos a ideia de segregação socioespacial discutidos pelos autores em questão: Caldeira (2000), Villaça (1998) e Ribeiro (2003) que mesmo empregando diferentes enfoques contribuíram para conclusão desse trabalho.

Caldeira (2000) delimitou três fases da segregação. A primeira fase, do final do século XIX até começo dos anos da década de 1940, é caracterizada pelo impulso da urbanização a partir da chegada dos emigrantes, e caracterizada pela ocupação espacial concentrada nas áreas centrais. Era perceptível a heterogeneidade e a proximidade física entre as classes sociais. Além desse convívio residencial heterogêneo, havia a presença de fábricas, estabelecimentos comerciais, todos compartilhando a mesma vizinhança. Com as políticas higienistas do Estado houve a reorganização do espaço e as formas de segregação aparecem quando a pobreza passa ser associada a doenças e promiscuidade dos moradores pobres que habitavam o centro. Por outro lado, gradativamente a classe mais favorecida se distancia do centro, ocasionando uma conseqüente valorização e desvalorização imobiliária nestas áreas.

Para a segunda fase, compreendida entre 1940 até meados de 1980, observa-se o desenvolvimento do padrão centro-periferia. Esse padrão se desenvolveu com a expansão do histórico do capitalismo industrial e sua heterogeneidade, que segundo Oliveira, Santana e Meira (2013) seria uma de suas características. Para os autores o caráter desigual desse desenvolvimento favoreceu a construção de centros de domínio onde as relações sociais de produção já estão em um estágio avançado, ocorrendo assim uma divisão desproporcional dos benefícios acumulados, o que permite falar em “centro e periferia”.

Tais periferias urbanas passaram a ser caracterizadas como espaços homogêneos de pobreza situados em áreas distantes e onde a classe menos favorecida encontrava sua moradia. A ação dos agentes imobiliários nesses espaços foi de forma irregular, abrindo loteamentos sem infraestruturas básicas e descaso da administração pública com os mesmos.

Na terceira fase delimitada pela autora, pós-1980 até os dias atuais, a cidade está mais fragmentada e observa-se agora menos homogeneidade na ocupação do espaço urbano. Durante o período da democratização brasileira nos finais da década de 1970, realizou-se maior atendimento às demandas da periferia, havendo assim, regularização de moradias e maior investimento estatal em estrutura e serviços públicos. Tal fato possibilitou maior valorização dessas áreas e a conseqüente atração de setores médios. Nesse mesmo sentido algumas famílias mais pobres se viram obrigadas a mudar de localidades devido ao aumento

do preço e também a elite se autosegregar nos condomínios fechados em áreas afastadas, buscando segurança e maior privacidade.

Observa-se hoje um padrão de segregação em cidades brasileira, os enclaves fortificados, também chamados de condomínios fechados, que “são espaços privatizados fechados e monitorados pela residência, consumo, lazer e trabalho” (CALDEIRA, 2000, p. 211). Também conhecido como autosegregação, os enclaves fortificados favorecem a segregação espacial ao contribuir para que a interação social urbana diminua. Passam a existir os espaços públicos privatizados, com acesso apenas aos que podem se isolar nesses condomínios.

Para Villaça:

A segregação socioespacial irá ocorrer na medida em que houver maior concentração de determinada camada social em uma área delimitada em comparação com outras áreas mais heterogêneas da cidade (...), entretanto, não existe predominância ou exclusividade das camadas sociais de alta renda em regiões, mas sim uma tendência. Todavia, no que concerne à homogeneidade de baixa renda, esta pode existir em determinadas áreas urbanas (VILLAÇA, 1998:22).

O autor relaciona a produção do espaço e suas diversas conotações históricas de segregação a partir de interesses e de articulações sociais, conjugando território, economia, política e ideologia. No seu trabalho, Villaça utiliza de uma delimitação, assim como Caldeira (2000), entretanto sem caráter quantitativo, do território urbano: áreas centrais, sub-centrais, residenciais e industriais. Assim como inclui a área urbana às chamadas ‘*estruturas não-territoriais*’, sendo essas as estruturas de transporte, serviços, infraestruturas e planos políticos, econômicos e ideológicos. Desse modo determinadas áreas da cidade possuem valorização diferente uma das outras, as mais valorizadas possuem serviços e atividades que favorecem a população rica, em contrapartida as regiões menos favorecidas de recursos acomodam a população mais pobre.

Villaça (1998) distingue a segregação involuntária da voluntária. A involuntária caracteriza-se como sendo o processo em que determinados grupos sociais são obrigados à ocupação e/ou desocupação de espaços específicos na cidade. Já a segregação voluntária é o processo em que parcelas da população, por vontade própria se dirigem a espaços que sejam próximos em um nível hierárquico social.

A interpretação da segregação socioespacial de Ribeiro (2003) baseia-se na categorização sócio ocupacional dos habitantes de diferentes áreas das cidades, diferindo dos critérios qualitativos utilizados pelos autores anteriores, como por exemplo, a renda e o acesso

a serviços públicos. Segundo o autor, a segregação “passa a ser pensada como tradução territorial da estrutura social” (RIBEIRO, 2003, p. 166). Desse modo a posição da população no espaço urbano decorre das preferências e restrições de acesso a terra como também dos recursos que a população pode adquirir. Assim a noção de espaços homogêneos é posta de lado e dá lugar aos espaços heterogêneos na mesma cidade. Espaços ocupados em sua maioria por uma mesma classe sócio ocupacional, caracterizando a intensificação do problema da segregação socioespacial.

1.3 A segregação urbana nas metrópoles brasileiras

A segregação no espaço diz respeito à separação constituída pelos padrões de localização dos grupos sociais no território da cidade (MARQUES, 2007, p. 29).

O processo de segregação socioespacial é um constante tema entre pesquisas que abordam o espaço urbano e sua expansão. A maior parte desses estudos aponta a desigualdade da apropriação do espaço urbano devido ao modelo econômico adotado nas cidades ao longo de seus processos de formação.

Os agentes imobiliários juntamente com o Estado são, portanto, dos grupos transformadores do espaço urbano. Exercem suas ações na cidade caracterizando-a de modo a fragmentar cada vez mais o espaço, valorizando determinadas áreas da cidade em detrimento de outras (PAULA, 2011). A este processo, Kowarick (1979) demonstra que como resultado o termo “espoliação urbana” para designar o ato de privar a população ao acesso de serviços básicos de subsistência:

É o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se agudiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1993, P.62)

Esse cenário é comumente encontrado nas metrópoles brasileiras principalmente nas regiões metropolitanas onde o processo de célere crescimento e expansão do espaço contribui para o aparecimento e/ou crescimento de periferias. A falta de ação do Estado em programar políticas de uso e ocupação do solo nos morros e franjas da metrópole, promover políticas habitacionais e criar infraestruturas básicas de ocupação favorece a expulsão da população

menos favorecida para as margens das metrópoles. Junto a isso temos a atividade imobiliária interferindo efetivamente no preço do solo urbano, contribuindo para o processo citado (MARICATO, 2011; FERNANDES, 2008).

No Brasil, a partir da década de 1970 o espaço urbano intensifica-se como um fenômeno espacial atrelado a processos sociais. Os eventos que deram início ao crescimento das cidades e a ocorrência de processos urbanos foram a urbanização e a metropolização que se verificou a partir da década de 1950 (Marques e Torres, 2005 *apud* GONÇALVES, 2013).

Nesse momento as periferias passaram a ser foco das pesquisas, sobretudo no início da década de 1980. Estas eram consideradas locais distantes do centro da cidade e habitados por uma parcela da população mais pobre, um espaço sem serviços públicos e infraestruturas básicas, definido por condições sociais e urbanas precárias (Bonduki e Rolnik, 1982; Kowarick, 1979). Esse espaço, com características marcadas pela segregação, pobreza e desigualdade foi conceituado por Kowarick (1979) como sendo o *locus* da espoliação urbana. Assim, um espaço periférico era “entendido como uma das dimensões dos processos de reprodução ampliada de nosso capitalismo periférico” (Bonduki e Rolnik, 1982).

Com as propostas de modernização no Brasil a partir da década de 1950, o espaço urbano passa a ser cada vez mais transformado pelos diferentes capitais. Partindo desse ponto Marques (2007) afirma que o estudo do processo de segregação socioespacial no Brasil foi focado nos seguintes temas:

- Dinâmica econômica e seus impactos no mercado de trabalho e na estrutura social;
- Dinâmica do mercado de terras em relação aos agentes produtores do espaço;
- O papel do Estado e das políticas públicas;
- A ordem jurídica brasileira que privilegia a hierarquia social;
- Preconceito.

Para cada um dos temas existe um cenário que configura suas diferentes dinâmicas no espaço geográfico, entretanto todas se inter-relacionam, uma vez que possuem o mesmo objeto de estudo.

Gonçalves (2013), por sua vez afirma que no Brasil os primeiros enfoques sobre a questão da segregação socioespacial foram precedidos pelas análises sobre exclusão social. O processo de urbanização excluiu grupos de população carentes para os entornos das grandes cidades, população que não possuía condições de arcar com as despesas fundiárias do centro das cidades. Nessa medida os espaços com mais infraestruturas eram alvo de especulação imobiliária, já que possuíam alto preço do terreno por metro quadrado. Para o autor esse

cenário é consequência das contradições expressas na essência do sistema capitalista. De modo que a segregação socioespacial neste aspecto é uma das particularidades da exclusão e injustiça sociais que permeiam todo o processo de urbanização no qual o Brasil se insere, uma vez que pobreza urbana nas grandes cidades brasileiras afeta a maioria da população.

A cidade capitalista é desigual, a dinâmica do seu espaço urbano é historicamente criada com base em diferenças sociais que foram moldando a sociedade ao longo dos anos. A segregação socioespacial é um reflexo indubitável de um contexto de exclusão. O desenvolvimento capitalista traz consigo a desigualdade social, as quais expressas no espaço urbano exemplifica o processo de segregação. Gonçalves (2013, p. 58) afirma que a produção capitalista do espaço, através dos agentes produtores do mesmo resulta na segregação socioespacial, fenômeno inerente às metrópoles brasileiras.

No caso de Minas Gerais, o ritmo de crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte vem, pelo menos desde os anos 40, superando o ritmo de crescimento da população estadual e, em consequência disso, o que se observa é uma concentração cada vez maior da população mineira no espaço metropolitano (CAMPOS, 2009). De acordo com dados do Censo de 2010, do IBGE, cerca de 25% da população do estado reside na RMBH e como sua experiência não constitui uma exceção à regra, ao processo de metropolização seguiu-se, a partir dos anos 70, a periferização alimentada principalmente pelas migrações intrametropolitanas.

O processo de periferização se constituiu primeiramente quando no início da metropolização da capital notava-se o centro dispondo de infraestruturas e vazio de população. A região periférica adensou-se ao redor do centro e cresceu sócio e espacialmente sem infraestruturas necessárias e suficientes para a demanda populacional que crescia.

CAPÍTULO 2 - A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E O PAPEL DA CIDADE DE RIBEIRÃO DAS NEVES

2.1 A capital Belo Horizonte e o processo de metropolização de 1930 – 1970

Baseada no projeto de Aarão Reis, 1894, Belo Horizonte cresceu a partir de um plano que previa uma diferenciação do seu território de acordo com as classes que iriam compor cada uma das regiões. Foi assim, uma cidade criada e planejada pelo poder público para se tornar polo político e econômico do Estado.

O traçado central, onde se observa uma malha perpendicular de ruas cortadas por avenidas em diagonal, quarteirões de dimensões regulares e uma avenida em torno do seu perímetro seria a chamada zona urbana delimitada pela Avenida 17 de Dezembro, atualmente Avenida do Contorno. Esta era destinada ao aparelho estatal e às residências dos funcionários públicos e antigos moradores de Ouro Preto. O traçado ortogonal dava suporte a este sistema viário com elevados padrões de infraestrutura e arborização. A zona suburbana, além dos limites da Avenida do Contorno, seria reservada para a futura expansão da cidade, caracterizada por padrões urbanísticos mais flexíveis e precária provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos, localização de sítios e chácaras. A zona rural, por sua vez, estaria além da suburbana e constituía-se no chamado cinturão verde da capital, sendo formada por colônias agrícolas com a função de abastecer a cidade de produtos agrícolas e hortigranjeiros (CAMPOS, 2009).

Esse modelo dava um aspecto elitista e segregatório a capital que, juntamente com medidas adotadas pelo poder público, especialmente o incentivo à especulação da terra urbana, intensificou o processo de segregação espacial do município de Belo Horizonte (CAMPOS, 2009).

De acordo com Fernandes (2008) com a construção da nova capital muitos estrangeiros vieram habitar em Belo Horizonte. O motivo principal que levou a emigração da Europa foi a fuga da crise econômica que o continente estava passando. Esses imigrantes contribuíram para o processo de ocupação do solo e expansão territorial de Belo Horizonte. Porém, não havia na área urbana espaço para abrigar a população estrangeira nem a população nativa mais pobre, também atraída pelas obras de construção do município. Não somente

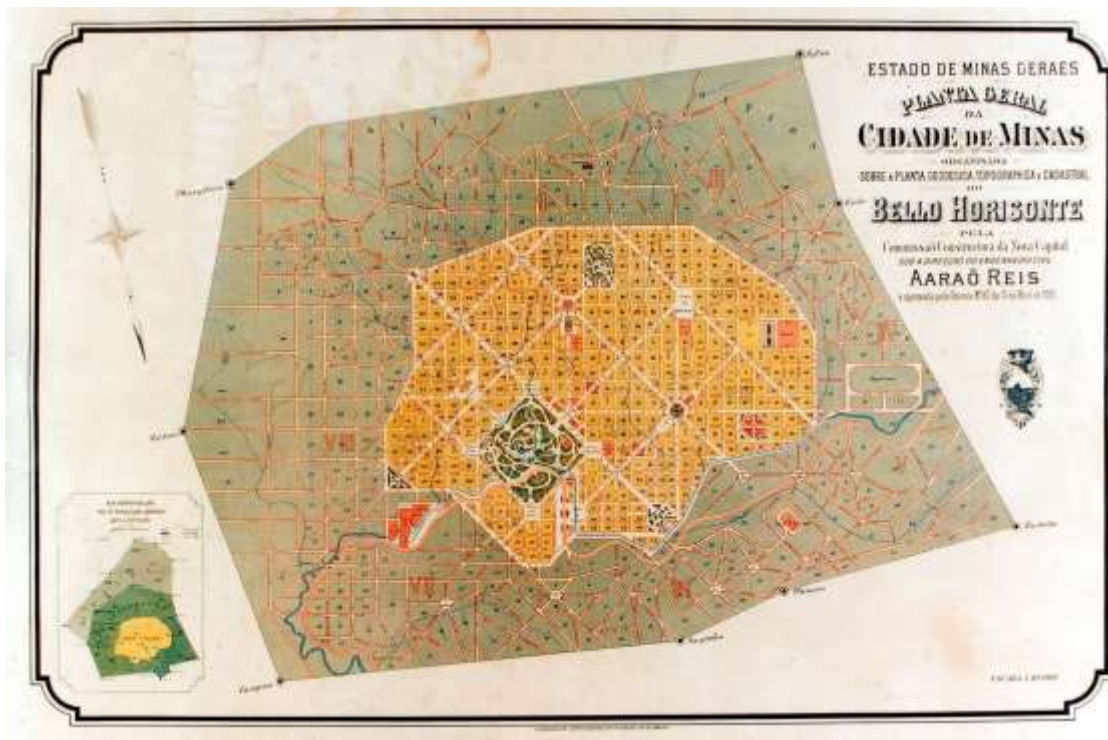


Figura 1: Plano de Aarão Reis para Belo Horizonte.

Fonte: CAMPOS, 2009.

devido à falta de espaço como também aos altos preços da terra na zona urbana, tais fatores forçaram os segmentos mais empobrecidos da população a se fixarem fora dos perímetros da Avenida do Contorno. Era clara a intenção dos idealizadores da capital em direcionar o adensamento da cidade a partir do centro em direção às periferias, conforme justificativa de Aarão Reis, sobre a Avenida Afonso Pena (Ver Figura 1).

Na capital mineira o Estado atuou de forma decisiva para consolidar o cenário de segregação espacial, uma vez que foi o responsável pelo processo de ocupação do solo de Belo Horizonte¹. A área central era dotada de infraestrutura e despovoada, com altos preços de lotes, valores esses devidos ao intuito de selecionar a população que ali viesse habitar; a periferia, por outro lado, adensava-se e crescia sem infraestrutura suficiente para a demanda populacional que aumentava.

A intencionalidade do Estado em adensar a capital no sentido centro-periferia foi realizada com a adoção de preços diferenciados para os terrenos, de acordo com os recursos urbanos que as regiões detinham. Segundo Fernandes e Brito (2008) o poder público também planejou um sistema viário de forma que a área urbana fosse explicitamente separada das demais, mas que ao mesmo tempo o acesso da população residente nas áreas suburbanas fosse

¹ De acordo com Corrêa (1995) o espaço urbano é um produto social, no qual os muitos agentes que nele atuam, de acordo com seus interesses, buscam, uma (re)produção do espaço.

facilitado. A autora explica que a Avenida do Contorno foi construída com a funcionalidade de “separar e valorizar a área urbana” e a Avenida Afonso Pena como a viabilizadora do “acesso da população de baixa renda à área central”:

No entanto, o Estado falhou em seu propósito de controlar a ocupação do solo e expansão do município, na medida em que favoreceu o processo de concentração da terra: o governo estadual permitiu que poucos indivíduos (ou grupos de indivíduos) se tornassem proprietários de um grande número de lotes. Em decorrência dessa concentração, o mercado imobiliário belo-horizontino passou a se caracterizar por intensa especulação. (FERNANDES; BRITO, 2008, p, 41)

Villaça (1998) em um dos seus trabalhos argumenta que inicialmente a expansão urbana de Belo Horizonte direcionou-se para o sul da zona urbana, todavia com o gradual aumento da população média e alta na zona central planejada a classe popular foi sendo expulsa do centro da capital. Nesse contexto, observou-se a criação de bairros destinados a população excluída, já que a busca por lotes com preços mais acessíveis fez com que a população mais abastada se afastasse cada vez mais da chamada zona urbana delimitada pela Avenida do Contorno. A partir de então começa ficar claro o processo de periferização da capital mineira.

A história de Belo Horizonte revela o surgimento de duas cidades em uma só: uma oficial, planejada, e bem equipada em termos de serviços e equipamentos se com uma população rarefeita – “a Belo Horizonte dos ricos”; a outra, populosa, concentrando a precariedade e a carência – “a Belo Horizonte dos pobres”. (FERNANDES, 2008, p. 46)

É dessa maneira que o processo de periferização em Belo Horizonte decorreu de um contexto em que especulação imobiliária, observada na zona urbana central da cidade, atuou de forma intensa para acumular capital, contribuindo para o deslocamento da classe menos favorecida para as regiões nos arredores da capital. Esse deslocamento para as regiões periféricas foi intensificado, também, pela criação de loteamentos a partir dos anos 1970 (COSTA, 1983, p.144).

2.2 A criação da Região metropolitana de Belo Horizonte e o processo de periferização

Em 1973 foram institucionalizadas no Brasil as mais importantes Regiões Metropolitanas, dentre elas a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A criação de dessas regiões tinha como objetivo realizar serviços que atendessem a demanda da população da capital e da periferia. De acordo com Azevedo e Mares Guia (2003 *apud* FERNANDES, 2008) as Regiões Metropolitanas detinham um aparato institucional e dispunham de condições financeiras para que fossem idealizados e realizados projetos para as áreas de transporte e tráfego urbano e saneamento básico.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte² (ver Figura 2) configurou-se a partir do processo de expansão e crescente influência da capital, ganhando impulso a partir do crescimento industrial na década de 50, principalmente com a criação da Cidade Industrial, no município de Contagem. (PLAMBEL, 1994). A Cidade Industrial e as atividades dela decorrentes (implantação de empresas terciárias e novas habitações) proporcionaram os primeiros indícios de uma conurbação da RMBH.

A partir da Lei Estadual nº 6.303 de 1974 foi criado o ente gestor da RMBH sob a forma de uma autarquia estadual, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), que surgiu a partir do grupo técnico da Fundação João Pinheiro responsável pelo Plano metropolitano de Belo Horizonte (também chamado de Plambel). Tal órgão foi responsável por uma rica e extensa experiência de planejamento integrado, pela elaboração de estudos, diagnósticos e planos de alto nível metodológico e técnico e pela formação de uma geração de planejadores.

De acordo com estudos realizados pelo Plambel, a capital mineira exercia um papel centralizador na RMBH, em comparação aos outros municípios integrantes, mas também de forma concomitantemente um papel de exclusão para diversos segmentos da

² Atualmente os municípios que compõem a RMBH: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Região Metropolitana de Belo Horizonte



Figura 2 - Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: IBGE

população em relação ao centro de Belo Horizonte. Como discutido, para Fernandes (2008) nos anos 70 a expansão da capital mineira e da região metropolitana foi conduzida pela realização de investimentos na rede viária, proporcionando maior rapidez ao movimento pendular dos moradores das cidades circundantes à capital. Ainda nessa época tiveram início as obras de construção do metrô de superfície, a ampliação da Avenida Cristiano Machado, e do complexo viário da lagoinha e a construção da via Leste-Oeste. Esses investimentos reforçaram o sentido de expansão do município e da RMBH nas direções Norte e Oeste.

Com a articulação de projetos públicos e privados, em um contexto de intensa imigração metropolitana, a ausência de políticas públicas efetivas de habitação social, alto preço das terras, as desigualdades sociais, entre outros fatores estruturais caracterizaram a produção intensiva de loteamentos populares com diferentes graus de irregularidade fundiária e urbanística como principal alternativa habitacional para amplos setores da população na RMBH (SOUZA et. al, 2011).

Devido a esse cenário que a chamada periferia metropolitana começa a surgir. O processo tem nascimento na década de 1930 sendo intensificado nas décadas de 1950 e 1970, principalmente nos eixos norte e oeste da RMBH, consolidando a conurbação em vários municípios.

TABELA 1: BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO (1970-2000)				
Período	População		Taxa de Crescimento	
	BH	RMBH	BH	RMBH
1970	1.235.030	1.719.490	5,94	6,32
1980	1.780.855	2.676.392	3,73	4,52
1991	2.020.161	3.522.907	1,15	2,53
2000	2.238.526	4.358.171	1,17	2,44

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970 a 2000. Modificado pelo autor.

A intensidade do parcelamento do solo e sua efetiva ocupação produziu inicialmente uma conurbação de baixa densidade, cujos vazios foram sendo desde então ocupados pelos mais variados processos: parcelamento de áreas intersticiais, construção de lotes vagos, subdivisão de lotes, construção de várias unidades habitacionais no mesmo lote, além de aluguéis de cômodos, barracões, novos pavimentos, etc (SOUZA, op. Cit). Este conjunto de práticas de apropriação do espaço constituiu parte importante das estratégias de sobrevivência e de geração de renda da população residente nestas áreas, e são, em grande medida, responsáveis pela manutenção de elevadas taxas anuais de crescimento da população urbana

na RMBH e nos municípios situados no vetor Norte, conforme pode ser observado na Tabela 1 e na Tabela 2, abaixo.

Comparando-se as décadas podemos observar na Tabela 1 que o maior crescimento anual ocorreu entre os anos 1970, na qual BH registrou um taxa de 5,94 ao ano e a RMBH de 6,32. Em relação aos municípios do vetor Norte da RMBH, constata-se na Tabela 2 que a taxa de crescimento da população urbana foi mais expressiva no período 1970-1980, momento em que ocorre a remoção de habitações populares e das atividades informais não compatíveis com o que era observável nas áreas centrais da RMBH (CAMPOS, 2009). Concomitantemente a isso temos que nesse período que o capital imobiliário passa a atuar provendo loteamentos populares ausente de infraestruturas básicas nestas regiões, a exemplo do que ocorreu em Ribeirão das Neves.

TABELA 2: POPULAÇÃO E TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA RMBH 1970 -2000.							
Município	População Urbana				Taxa de crescimento anual (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Baldim	3.322	3.529	4.345	4.818	0,63	1,89	1,14
Belo Horizonte	1.229.342	1.775.073	2.013.257	2.238.526	3,75	1,15	1,16
Capim Branco		2.555	5.526	7.146			
Jaboticatubas		3.525	5.009	7.116			
Lagoa Santa	9.939	15.376	27.979	35.396	4,47	5,58	3,61
Confins (*)				3.126			
Matozinhos		14.357	21.788	27.664			
Nova União		682	1.152	1.429			
Pedro Leopoldo	13.498	20.884	32.891	43.479	4,46	4,22	3,14
Ribeirão das Neves	5.547	61.670	119.925	245.401	27,23	6,23	8,27
Santa Luzia	19.410	51.854	130.186	184.208	10,32	8,74	3,92
Taquaraçu de Minas		909	971	1.378			
Vespasiano	5.281	21.096	35.390	75.213	14,85	4,82	10,1
S. José da Lapa(*)				8.904			
RMBH	1.519.343	2.501.743	3.171.075	4.247.807			

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

(*) Municípios novos, emancipados nas seguintes datas: Sarzedo - 21-12-95; Mário Campos - 21-12-95; São Joaquim das Bicas - 21-12-95; Confins - 21-12-95; Juatuba - 27-4-92; São José da Lapa - 27-4-92

Segundo Costa (1983) nos anos 70 o estado de Minas obteve um expressivo crescimento econômico e industrial, entretanto a maior parcela da população vivia em condições precárias, isto é a metrópole mineira crescia em cenário característico de uma

cidade segregada. A atuação do Estado e dos agentes imobiliários contribuía cada vez mais para o processo de segregação socioespacial, pois era responsabilidade do Estado a implantação de serviços públicos e para os agentes imobiliários tais serviços eram imprescindíveis para o preço das terras.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, em sua expansão, passou por dois fenômenos que influenciaram diretamente em sua dinâmica espacial: o processo de verticalização e o de expansão horizontal (SOUZA, 2008). Em relação à verticalização podemos caracterizá-lo pelo confinamento da população em grandes prédios residenciais e para a expansão horizontal como sendo o fator principal para a ocupação de áreas nos municípios que já faziam parte da região metropolitana. A ocupação dessas áreas disponíveis que configurou o crescimento da periferia na RMBH.

A relação existente entre o principal processo de periferização e as migrações intrametropolitanas é um fator evidente para se compreender o crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em seu estudo Fernandes e Brito (2008) declaram que a mobilidade populacional é uma maneira das populações sobreviverem já que não possuíam condições de morar na área central, devido aos altos valores dos terrenos. Tendo que residir na periferia, tais grupos ainda assim continuam inseridos na conjuntura do mercado de trabalho metropolitano.

A ocupação extensiva e descontínua do espaço urbano juntamente com a supervalorização das áreas já urbanizadas e ocupadas foram processos que contribuíram para uma maior estratificação social do espaço da RMBH. A mobilidade residencial de trabalhadores para os municípios do entorno da capital caracterizavam o fenômeno de diferenciação espacial. Contagem e Betim, dois municípios de eixo industrial a oeste da capital, recebem parte dessa população, mas será no eixo norte, constituído por municípios sem tradição industrial – com exceção de Santa Luzia – e com baixa regulação do uso do solo, somada ao baixo valor da terra, que a imigração se revelará mais intensa, em especial no município de Ribeirão das Neves (ANDRADE; MENDONÇA, 2010).

2.3 O papel de Ribeirão das Neves na RMBH.

Na história da formação de Belo Horizonte fica evidenciado que a população trabalhadora de baixa renda não teve outra opção senão abandonar o centro da capital e

direcionar-se à periferia. Os segmentos mais empobrecidos da população belo-horizontina foram então obrigados a se fixar fora dos perímetros da Avenida do Contorno em regiões menos valorizadas, com menos condições de infraestrutura e empregabilidade.

Em razão desse cenário houve a necessidade de expansão da malha urbana como discutido anteriormente. Os anos 1970 foram marcados por um intenso processo de parcelamento do solo nos terrenos destinados a expansão imobiliária. A expansão desenfreada dos loteamentos sem infraestruturas necessárias preocupava o Governo, para tanto foi criada a Lei Federal 271 de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu responsabilidades ao loteador de instalar equipamentos e serviços urbanos. Entretanto, somente em 1976 que Belo Horizonte aprovou a lei que regulamentava o uso e ocupação do solo. Com a aprovação dessa legislação urbanística o avanço dos loteamentos destinados à baixa renda diminuiu na região da capital e se direcionou para as cidades que não possuíam leis para de parcelamento do solo (MENDONÇA, 2002).

Nesse sentido que o município de Ribeirão das Neves ofereceu, aos loteadores, em meados da década de 70, as condições ideais para a produção do loteamento popular, transformando-se em palco dos “mais de 50% dos lotes produzidos no período de 1975/1978, na Região Metropolitana” (COSTA, 1994, p.65). Assim a história de Ribeirão das Neves revela uma cidade “sem dono, sem lei”, pois não havia fiscalização efetiva para a implantação dos loteamentos que cresciam rapidamente em todo município. Esse é um processo marcado pela procura da população por imóveis em terrenos de baixo custo e a oportunidade de fixar moradia próxima à capital.

No entanto para entender melhor esse processo é preciso compreender como tal foi engendrado. Em 1938 foi inaugurada a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), considerada um modelo de modernização do sistema penitenciário, localizada no Distrito de Neves, o qual pertencia à cidade de Pedro Leopoldo. Portanto, o primeiro núcleo populacional do aglomerado se deu em torno da PAN. Com o desenvolvimento ao longo dos anos de Ribeirão das Neves, este foi emancipada de Pedro Leopoldo e reconhecida como município através da Lei 1.039 de 12 de dezembro de 1953. (Ribeirão das Neves, 2005).

Com o passar dos anos Neves recebeu mais três unidades prisionais, medidas que firmaram a intenção do Governo do Estado em transformar o município em um “espaço-carcerário”. Segundo Campos (2009) não houve investimentos em serviços básicos de infraestrutura e atendimento da população mesmo com a introdução das novas unidades prisionais. Esse contexto contribuiu para que Neves recebesse um estigma de ‘cidade-presídio’, o que era agravado pelos altos índices de violência e pobreza.

Segundo Andrade (2009) o município além de caracterizado como cidade presídio é também tipificado como sendo uma cidade dormitório, visto que grande parcela da população residente em Neves procura emprego e outros serviços básicos na capital.

Ribeirão das Neves as vistas da RMBH foi criada mantendo uma distância relevante do centro urbano da capital, afastado do poder público, mas próxima o necessário para ser comandada e articulada de fora, pelo Governo do Estado.

CAPÍTULO 3 – RIBEIRÃO DAS NEVES: UM ESPAÇO SEGREGADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

3.1 Formações históricas e econômicas

A cidade de Ribeirão das Neves é um dos núcleos mais antigos da RMBH (Ver Figura 3), tendo o seu povoado iniciado por volta de 1947, quando foi erguida a capela de Nossa Senhora das Neves. Entretanto, foi após a construção da Penitenciária Agrícola de Neves, na década de 1930, que o núcleo urbano se desenvolveu, atraindo a migração de parentes dos presidiários (SOUZA et. al, 2011). A emancipação do povoado aconteceu em 1953 passando então a receber o nome de Ribeirão das Neves e sendo composta de dois distritos, a Sede e Justinópolis.

Situado na bacia do Rio das Velhas, o município tem sua sede localizada às margens do Ribeirão das Neves e seus afluentes, os córregos Café e Cacique. O Distrito de Justinópolis é cortado pelo Ribeirão Areias e seus afluentes. O relevo caracteriza-se por altitudes que variam geralmente entre 800 e 1000 metros, marcado pela presença de morros e colina. Da vegetação primitiva restam as matas ciliares ao longo dos vales de encostas, predominando, hoje, o cerrado degradado e vegetação rasteira.

Pode-se dizer que foi após a implantação da Penitenciária Agrícola de Neves em 1938, Neves passa a ser reconhecida, tendo uma função diante da região metropolitana:

“Pode-se afirmar que a Penitenciária foi construída para ser modelo não só para o Brasil, mas a América Latina. Passou a ser conhecida universalmente e a ser citada na França e na Itália. Ela representava, de fato, um marco para a reforma do sistema penitenciário, ‘era um estabelecimento de reeducação, constituído segundo os moldes mais eficientes adaptados ao nosso meio essencialmente rural.’ (SOUSA, 2002, p. 64)

Portanto, a PAN teve papel fundamental na estruturação espacial da cidade pois, além de concentrar população ao seu redor, ela significou um referencial forte da paisagem para a população, tal como evidenciado pelo texto transcrito a seguir:

“Na década de 40, o Jardim da PAN (Penitenciária Agrícola de Neve) era o principal ponto turístico do município (...). Sua praça com belos jardins se transformou em ponto de atração em Ribeirão das

Neves. Crianças usavam o espaço para brincar. Os detentos cuidavam dos jardins, executavam reparos nas casas da região e viviam integrados à sociedade.”(Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, 1998, p.6).

Nos primeiros anos da década de 1960, ocorreu a transferência da Cadeia Pública da Comarca de Belo Horizonte para o Município de Ribeirão das Neves, dando origem à Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Em 1982, o município recebeu outra unidade prisional, a atual Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves. Ambos localizam-se na rodovia LMG-806, no trecho da estrada entre o Distrito Sede e o Distrito de Justinópolis. Com a instalação dessas novas unidades penitenciárias, de acordo com Campos (2009) Neves passa a inserir o espaço metropolitano com a designação de “cidade-presídio”; fato que desestimulou o seu crescimento econômico e a valorização do espaço do distrito Sede. Já o Distrito de Justinópolis, inseriu-se no espaço metropolitano ao passo em que se conurba com Belo Horizonte e ligando-se a Neves apenas pelo vínculo administrativo.

A intenção do governo do Estado era transformar o município em um “espaço carcerário”, uma “cidade-presídio”, devido as características do socioespacial do território nevensense: a proximidade com a capital, ausência de atrativos para desenvolvimento econômico da cidade, etc. A falta de atenção para com a ordem local repete-se, desde a construção da PAN, até os dias atuais. Como podemos perceber as construções das unidades prisionais não foram acompanhadas de investimentos significativos nos setores básicos do município como educação, saúde, infraestrutura, geração de empregos, saneamento e habitação. Esse contexto proporcionou a Neves ser o vetor de crescimento de loteamentos precários que visavam uma população de baixa renda.

Vale observar que, com o crescimento de Ribeirão das Neves, hoje tal município é constituído de três regiões que, por suas peculiaridades, poderiam ser cidades independentes: a sede propriamente dita (Região Centro); Veneza e regiões subjacentes, que se localizam as margens da BR-040; e Justinópolis, que engloba a regional de Areias e Nova Pampulha. (Ver Figura 3) Essas regiões são geograficamente independentes.

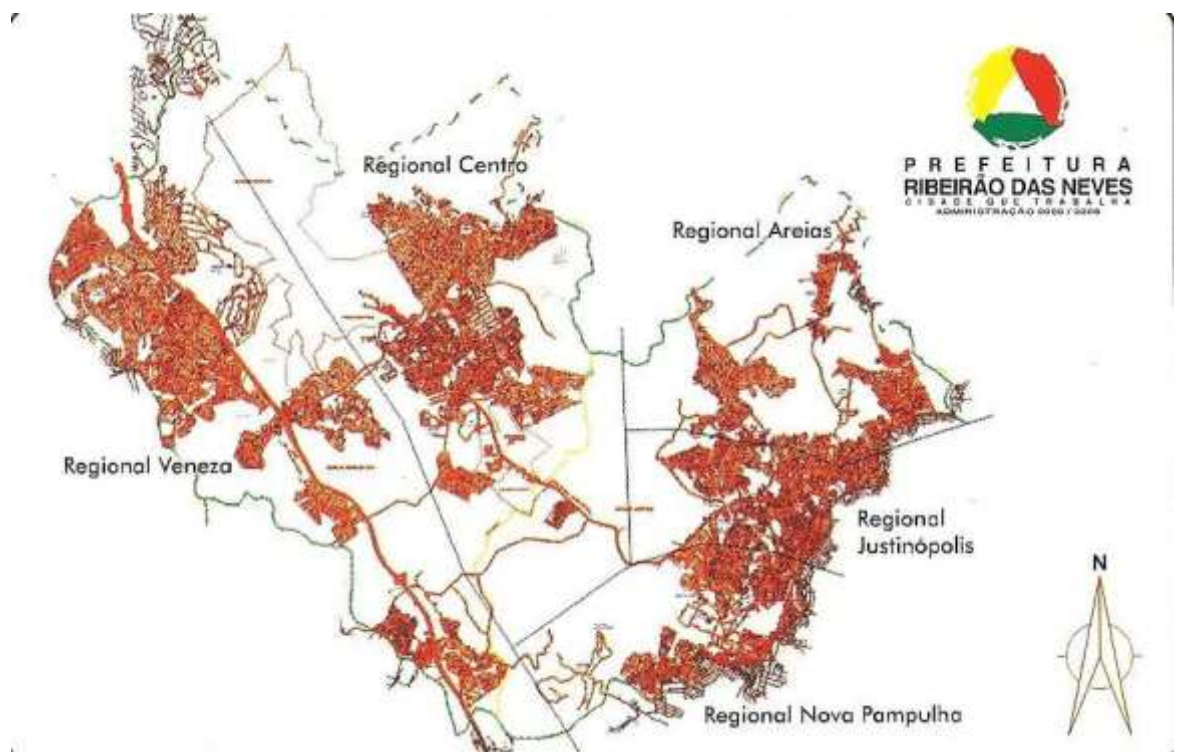
De modo geral o território do município de Ribeirão das Neves encontra-se subordinado pela atuação do governo de Minas Gerais e por capital imobiliário, que



Figura 3 - Ribeirão das Neves na Região Metropolitana de Belo Horizonte
 Fonte: RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. Lei de Uso e Ocupação do Solo, 2006.

estruturam sua ocupação. É tipicamente uma cidade dormitório, muito fragmentada, ocupada por uma população de baixa renda, caracterizando-se como periferia do Aglomerado Metropolitano³.

Em suma pode-se dizer que ao sediar a Penitenciária Agrícola, Neves não só deu o primeiro passo para tornar-se polo penitenciário e para ser considerada “cidade presídio”, como também dá o primeiro passo para inserir-se como cidade periférica da metrópole de Belo Horizonte, utilizada como cidade dormitório. De fato, a cidade de Ribeirão das Neves carrega o estigma de ser, ao mesmo tempo, cidade presídio e cidade dormitório, pois apresenta forte dependência em relação ao núcleo central da RMBH, no que tange às concentrações de atividades e de emprego.



*Figura 4 – Regionais de Ribeirão das Neves
Fonte: RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal.*

³ É denominado Aglomerado Metropolitano, a área compreendida por Belo Horizonte e parte dos municípios vizinhos, que se apresentam como continuidade do tecido urbano deste. (MINAS GERAIS, 2013)

3.2 Neves e a Expansão de crescimento da RMBH

3.2.1 Expansão Urbana em direção ao Vetor Norte Central – O caso específico de Ribeirão das Neves.

O Vetor Norte Central, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa se afirma como importante Vetor de expansão periférica e especialmente de baixa renda, de Belo Horizonte e da RMBH. Essa configuração socioespacial metropolitana consolidou-se com os processos de industrialização e de crescimento populacional a partir da década de 60 (SOUZA et. al. 2011). Brito e Souza (1998) utilizaram de uma divisão em sete regiões da área metropolitana:

1. Belo Horizonte, o núcleo da RMBH;
2. Oeste, formado pelos municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos;
3. Norte Central, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e São José da Lapa;
4. Norte, do qual fazem parte os municípios de Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Baldim, Jaboticatubas, Nova União, Taquaraçu de Minas, Matozinhos e Capim Branco.
5. Leste, formado pelos municípios de Sabará e Caeté;
6. Sul, constituído pelos municípios de Nova Lima, Brumadinho, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Itaguara e Itatiaiuçu;
7. Sudoeste, constituído por Matheus Leme, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Florestal e Esmeraldas.

Ribeirão das Neves se encaixa nesse contexto ao analisarmos as tabelas abaixo e observamos o crescimento populacional do município ao longo da década de 1960 a 2000.

TABELA 3: Região Metropolitana de Belo Horizonte e Vetor Norte Central População (1970 - 2000)			
Período	Vetor Norte Central (1)	RMBH (2)	(%) (3) = (1) / (2)
1970	47.437	1.719.490	2,76
1980	152.198	2.676.392	5,69
1991	336.545	3.522.367	9,55
2000	523.180	4.358.288	12,00

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970 a 2000. Modificado pelo autor.

Entre 1970 e 1980, o expressivo crescimento do Vetor Norte deveu-se principalmente a Ribeirão das Neves. Esse município apresentou, na década de 70, um incremento populacional médio anual de 21,36%. Apesar de, naquele período, Santa Luzia e Vespasiano/São José da Lapa crescerem aceleradamente, suas taxas de crescimento sequer se aproximavam daquela exibida por Neves. (TABELA 4)

TABELA 4: MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE CENTRAL - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO INCREMENTO ABSOLUTO DA POPULAÇÃO DO VETOR (1940 – 2000)								
	Taxa de Crescimento				Participação Relativa			
	Neves	Santa Luzia	Vespasiano/ São José da Lapa	Total	Neves	Santa Luzia	Vespasiano/ São José da Lapa	Total
1960/70	4,27	7,24		9,60	11,66	44,70	43,65	100,00
1970/80	21,36	9,00	7,26	12,36	54,93	33,02	12,05	100,00
1980/91	7,16	7,87	7,39	7,48	41,55	42,28	16,18	100,00
1991/00	6,30	3,38	5,95	5,12	55,18	25,22	19,59	100,00

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico de Minas Gerais (1940 a 2000)

A partir da década de 1970, o setor imobiliário ampliou sua atuação principalmente a norte e a oeste da RMBH, sendo responsável pelos parcelamentos do solo que irão ocorrer desde então para atender à necessidade de moradia das famílias que migram no curso desses eixos de expansão da metrópole. Nos anos de 1980 ocorre simultaneamente uma desconcentração populacional das áreas mais centrais da RMBH e um adensamento dos municípios vizinhos, como Ribeirão das Neves, padrão que permaneceu ao longo da década de 1990. Como decorrência desse processo, as taxas médias anuais de crescimento demográfico de Ribeirão das Neves nas últimas décadas se enquadram entre as maiores na

RMBH entre 1970 e 1980, sendo seu índice de crescimento de 21,36% ao ano; entre 1980 e 1991, de 7,16%; entre 1991 e 2000, de 6,30%.

Portanto o que se observa é que o processo de evolução urbana de Neves - e, conseqüentemente, do processo de ocupação irregular e clandestino que hoje o caracteriza - está intimamente ligado ao processo de metropolização da RMBH. A ocupação do município ao longo dos últimos cinquenta anos se deu tanto na forma de invasão da mancha urbana dos municípios centrais da região metropolitana como também por meio do inchaço de seu núcleo-sede como o crescimento periférico da produção privada de loteamentos.

3.2.2 Loteamentos populares e a população

Como já mencionado o município de Ribeirão das Neves registrou na década de 1970 um crescimento urbano da ordem de 27% a.a., a mais alta taxa registrada na RMBH (IBGE, Censo 1970 – 2000). Esta dinâmica demográfica pode ser explicada, em parte, pelo processo de conurbação com Belo Horizonte, pelo funcionamento do mercado imobiliário e o baixo custo de seus terrenos. Aliados a uma omissão do poder público em implantar infraestruturas básicas para população e atrativos econômicos que contribuíssem para o desenvolvimento da cidade, tal crescimento levou à intensa ocupação de seu território por uma população de baixa renda, determinando a situação de cidade dormitório.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves (1980, p. 17) a localização da população no município em questão era dividida de acordo com tal ordenação: a Sede Municipal encontrava-se ocupada por áreas em torno do centro, estendendo-se ao longo das estradas de ligação com Pedro Leopoldo e Venda Nova e, ainda, paralelamente ao Ribeirão das Neves e Córrego do Café que constituíam, junto com a área da Penitenciária, condicionantes da ocupação da região. Na área do distrito de Justinópolis, a ocupação se dava nos dois pequenos núcleos de Justinópolis e Areias e, de maneira rarefeita, ao longo das estradas de ligação de Justinópolis com a Sede e com Areias. O restante do município era ocupado por sítios e fazendas, devido ao grande potencial agrícola da região. A população rural do município se localizava, principalmente, no distrito de Justinópolis.

Juntamente a esse espaço segregado e socialmente pobre, o município passa pela ‘incapacidade financeira’ (SOUZA, 2008, p. 144) de disponibilizar incentivos para o crescimento da indústria ao mesmo tempo em que a ausência de mão de obra qualificada e o

estigma de cidade presídio não favoreceram a instalação de indústrias e de companhias no território nevensense. Aliada a isso, as características do solo local que não permitiam uma produtividade relevante, a tendência de desvalorização do preço da terra e também a supressão de leis e regulamentos no que diz respeito à qualidade dos loteamentos, os proprietários das terras de Neves viam na implantação de novos loteamentos uma forma rentável de utilização do território pouco valorizado pela indústria, mas interessante para a população de baixa renda que não possuía condições de pagar para viver na capital.

	Sede		Justinópolis		Ribeirão das Neves	
	Área Loteada*	Nº Lotes	Área Loteada*	Nº Lotes	Área Loteada*	Nº Lotes
1970 - 1974	4.116.460	2.486	2.150.232	4.114	6.266.692	6.600
1975 - 1979	11.976.092	18.875	6.474.976	10.076	18.451.068	28.951
1980 - 1989	5.747.226	7.297			5.747.226	7.297
1990 - 1999	7.960.724	14.260	2.738.164	4.607	10.698.888	18.867
2000 - 2005	1.028.199	2.907	382.268	1.327	1.410.467	4.234
Total	30.828.701	45.825	11.745.640	20.124	42.574.341	65.949

* m².

Fonte: PLAMBEL (1983). Modificado pelo autor.

De acordo com os estudos do PLAMBEL (1983), o processo de loteamento das terras do município de Neves foi fortemente influenciado pela expansão urbana de Belo Horizonte em direção à região norte da capital, induzido pela construção do complexo de lazer da Pampulha e da abertura da Avenida Antônio Carlos. Mas é importante ressaltar que, naquele período, o grau de ocupação dos mesmos era extremamente baixo, o que se torna facilmente perceptível ao se verificar o ritmo de crescimento populacional do município nos anos 50.

O estudo realizado pelo PLAMBEL, Mercado da Terra na RMBH (1987) aponta algumas características do crescimento e ocupação do espaço de Ribeirão das Neves. Segundo tal estudo a “ocupação extensiva e descontínua; supervalorização das áreas ocupadas; degradação de áreas densamente ocupadas; e estratificação e segregação do espaço” foram favorecidas por uma lógica de funcionamento do mercado de terras, em que a variação de preço da terra é determinante da estrutura urbana.

De acordo com Souza (2002, p. 81) foi no ano de 1969 que o mercado imobiliário volta sua atuação exatamente para os municípios que apresentaram condições mais permissivas para promover loteamentos para a população de baixa renda, uma vez que, nesta época, Belo Horizonte e Contagem contavam com medidas restritivas para aprovação de loteamentos. Portanto, a partir da década de 70, que os loteamentos abertos destinam-se a

ocupação imediata, o que irá se confirmar através das altas taxas de crescimento da população observadas em Ribeirão das Neves.

Em 1971, a Prefeitura de Ribeirão das Neves aprovou na Sede do município, a instalação do Bairro Santa Marta, com 677 lotes de 360 metros quadrados. Havia nele uma carência quase que absoluta, contando apenas com o atendimento parcial das redes de iluminação pública e energia elétrica. As vias de acesso eram de terra, e não contava com serviços de transporte coletivo, água, esgoto e nem de coleta da água pluvial. Esse era o segundo maior loteamento aberto no município nos últimos 20 anos. O primeiro havia sido implantado em 1953, em Justinópolis – o Bairro Botafogo. Dividido em duas seções, o loteamento apresenta 1710 lotes e era servido apenas por transporte coletivo, energia elétrica e, parcialmente, pela rede de iluminação pública.

Conforme o documento, Mercado da Terra na RMBH, os municípios de Ibirité e Ribeirão das Neves, onde não havia restrições para aprovação de loteamentos, concentravam 53,8% dos lotes aprovados no aglomerado metropolitano. Eram lotes destinados principalmente às populações de nível econômico mais baixo. Nesse contexto, o mercado imobiliário encontrou em Ribeirão das Neves o local ideal para atuar naquela linha, dando continuidade ao processo clandestino de ocupação da região de Venda Nova (PLAMBEL, 1987, p.144).

Na Tabela 6 observamos que o município de Ribeirão das Neves recebe, a partir de 1972, um número de loteamentos que crescem em quantidade até 1976. Segundo Souza (2002, p. 82), a década de 70 nesta cidade tem um significado especial, uma vez que no contexto metropolitano e, principalmente, em Ribeirão das Neves há um crescimento populacional recorde.

Tabela 6: Número de Loteamentos Lançados na RMBH (1972 - 1976)						
Município	1972	1973	1974	1975	1976	Total
BH		2	7	2	12	23
Betim				2	8	10
Contagem		1	1	1		3
Lagoa Santa				1	1	2
Nova Lima	1			3	5	9
Pedro Leopoldo			1			1
Ribeirão das Neves	3	7	3	5	17	35
Rio Acima				1	4	5
Santa Luzia			1	1	5	7
Vespasiano					1	1
Total	4	10	13	16	53	96

Fonte: Pesquisa Mercado da Terra – PLAMBEL, 1987

É importante destacar neste período que todo o aglomerado metropolitano teve seu espaço urbano expandido. Como podemos observar, entretanto, o maior número de lançamentos ocorreu em Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, onde se concentram 60% dos loteamentos novos (PLAMBEL, 1987, p.146).

Como dito anteriormente a grande maioria dos lotes em Neves eram destinados às classes menos favorecidas devido aos preços menos onerosos, sendo assim os loteamentos que surgiram ao longo da década de 1970 em Ribeirão das Neves representaram para muitos uma oportunidade, senão a única, de adquirir moradia própria. Representaram, também, para as pessoas que foram morar nestas áreas, a chance de continuar residindo nas proximidades da capital e, portanto, de estar inserido em seu mercado de trabalho. (SOUSA, 2008, p. 156).

3.2.3 A articulação com a RMBH

Como observamos, foi a partir da década de 1970 que Belo Horizonte assistiu sua população crescer em um ritmo vertiginoso. Na mesma década verificamos o conseqüente crescimento espacial, o que ocasionou no início do processo de conurbação de municípios vizinhos. Esse crescimento foi marcado por uma necessidade de habitação, acarretando a produção de loteamentos nos municípios vizinhos à capital desprovidos de infraestruturas, o que refletia a permissividade da legislação para o uso e ocupação do solo.

Essa dinâmica da expansão metropolitana centro-periferia se mostrou efetiva em Ribeirão das Neves visto que o território nevensense concentrou uma população de baixa renda excluída pela lógica imobiliária, associada ao acesso a terra e a ausência dos serviços urbanos básicos (CAMPOS, 2009).

A concentração de uma grande população de baixa renda, a falta de uma base econômica capaz de absorver parte dessa força de trabalho no local de assentamento e a falta de recursos para fazer frente à demanda por serviços públicos e infraestrutura urbana, desenham em quadro de exclusão. A Pesquisa Origem e Destino (2004), realizada pela Fundação João Pinheiro mostra que do total da população economicamente ativa de Neves, 48,52% desloca-se diariamente para a capital para trabalhar. Para maior parte dessa parcela da população o deslocamento diário é feito com o transporte público em situações precárias: ônibus em condições desfavoráveis ao transporte de passageiros. Nas entrevistas realizadas os moradores citaram alguns dos problemas observados no transporte público utilizado para ir

até a capital: o número de coletivos é ineficiente nos horários de maior movimento (parte da manhã entre 6h e 9h, parte da tarde entre 16h e 19h); superlotação dos ônibus; alto valor da passagem; falta segurança e desrespeito aos horários.

A economia de Ribeirão das Neves, de acordo com os arquivos da Prefeitura Municipal (2008), gira em torno da produção de hortifrutigranjeiros, atendendo principalmente o mercado local; a atividade pecuária predominante é a bovinocultura mista (corte e leite). Há indústrias de fabricação de tijolos, uma de filtro de barro e duas de pré-moldados e uma britadora, tais indústrias são devido às reservas minerais de areia, argila e pedras britadas presentes na região.

A cidade está inserida na RMBH como um espaço carente, com estigma de cidade dormitório e cidade presídio, um exemplo da ‘espoliação urbana’ e do processo de segregação socioespacial de Belo Horizonte.

3.3 O Plano Diretor

Apesar desse cenário de precariedade que caracteriza Neves existe um esforço da política local para melhora na estrutura do município. Com criação do Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo em 2006 os governantes atuaram no sentido de efetivar mudanças no processo de expansão de Neves, seja através da valorização do potencial socioeconômico ou mesmo da introdução de novas formas de uso e ocupação do solo para a regulação urbana (CAMPOS, 2009).

De modo geral, os principais problemas, considerados no Relatório de Diagnóstico e Diretrizes Básicas do PD (volume II, fevereiro de 2006), que contribuíram para a atual situação do município foram a estrutura fundiária fragmentada, ausência de legislação que regulasse o uso e ocupação do solo, estigma de “cidade-presídio” e carência de políticas de desenvolvimento das potencialidades do município.

Assim o Plano Diretor (Lei Complementar N° 036/2006), propõe as seguintes medidas para melhorar os problemas acima:

ART. 2°:

I) regular a ocupação e uso do solo do território municipal, de forma adequada, a partir de uma leitura integrada e sistêmica sobre a

estruturação desse território pelas diferentes formas de assentamento humano ali existente e pelas diversas atividades ali exercidas, resultantes de relações econômicas, sociais, culturais e políticas, dentre outras;

III) minimizar os impactos ambientais negativos ocorridos no processo de transformação do território municipal, viabilizando a recuperação dos recursos hídricos e a preservação do patrimônio ambiental, ainda existente, através da criação de unidades de conservação integradas às áreas de interesse paisagístico e ao patrimônio histórico;

IV) desenvolver o potencial econômico do município em termos de suas vocações industrial, comercial e de serviços, agrícola, turística, entre outras, buscando distinguir aspectos relacionados à atração de empreendimentos e investidores, geração de trabalho, criação de empregos;

Além dessas o PD de Ribeirão das Neves estabelece também condutas para a propriedade urbana desempenhar seu papel social, respondendo aos objetivos para a ordenação da cidade, a exemplo: a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Este objetiva minimizar os problemas causados pela produção de loteamentos populares; a recuperação e preservação dos recursos naturais; a criação de mecanismos capazes de inibir o crescimento populacional; a aplicação e fiscalização da legislação urbanística de ordenamento e controle do parcelamento do solo, desestimulando novos parcelamentos para fins residenciais e estimulando o desenvolvimento industrial, agroindustrial e de transportes; a exigência de obras completas de infraestrutura para os novos parcelamentos, entre elas sistema de redes coletoras e de tratamento de esgoto na fase de licenciamento de instalação e a exigência de licenciamento ambiental para os projetos de parcelamento do solo; a garantia, na aprovação de novos loteamentos, da continuidade e articulação do sistema viário existente, entre outras (Lei Complementar Nº 036/2006).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) dispõe diretrizes que convergem com o PD, ditando parâmetros urbanísticos para a estruturação do espaço de Ribeirão das Neves. Estes buscam controlar o adensamento urbano foram criadas zonas que se classificam de acordo com o uso do solo, especificando tamanho dos lotes e tipo de construção que pode ser criada.

O PD e a LUOS vigoram desde 2006, entretanto a realidade ainda é majoritariamente a mesma, parece faltar prioridade em programar políticas públicas além do desinteresse e ausência de ajuda do governo estadual.

CAPÍTULO 4 - A SEGREGAÇÃO, A PERIFERIA E O ESPAÇO DE RIBEIRÃO DAS NEVES

4.1 O espaço de Ribeirão das Neves

O crescimento do município de Ribeirão das Neves remeteu-se à construção da Penitenciária Agrícola de Neves. Com a geração de empregos devido a construção e o acúmulo da população em torno das obras, Neves passa a ser conhecida na RMBH, se torna expressão da modernização, da justiça e da recuperação dos detentos pelo trabalho e abriga uma função metropolitana, evidenciando-se como modelo nacional. (SOUSA, 2002)

Inaugurada em 1937, a Penitenciária foi instalada no município devido à iniciativa do Governo do Estado de buscar um local afastado, mas acessível para se controlar. Ao ser escolhida para sediar essa Penitenciária - que é denominada atualmente Centro de Recuperação José Maria Alkimim, o município abriu portas para que outras instituições penais se instalassem posteriormente no município, tornando-se polo penitenciário.

Com o histórico baseado na implantação de uma penitenciária, Neves dá início a uma jornada de crescimento e desenvolvimento de baixa qualidade. Sendo uma das principais áreas de produção de loteamentos sem infraestrutura básica e de concentração de população de baixa renda da RMBH, o município de Neves passa a ser cenário de um rápido processo de integração periférica. Esse processo de periferização ocorre principalmente no Distrito de Justinópolis devido a localização na zona de influência do crescimento metropolitano. (CAMPOS, 2009)

Como já abordado anteriormente, as leis referentes ao uso e ocupação do solo de Ribeirão das Neves, ao final de 1970, eram menos rigorosas do que as estabelecidas por outras cidades metropolitanas. Isso proporcionava vantagens aos loteadores para implementarem seus projetos no município. Essa permissividade para o processo de parcelamento do solo em Ribeirão das Neves pode ser explicada pela associação de diversos fatores. Segundo Costa (1983) mesmo em condições precárias, os loteamentos eram vantajosos ao poder municipal, uma vez que possibilitava a cobrança do imposto territorial urbano.

Sousa (2008) sugere que a omissão do poder público municipal frente a esse processo decorre da “baixíssima capacidade arrecadadora e carente de recursos materiais e humanos”.

Argumenta-se, contudo, que também estavam em jogo interesses privados de grupos proprietários da terra que exerciam forte influência sobre o governo municipal, que, por sua vez, limitava-se a tratar negócios imobiliários sem muita regulação, não levando em conta os problemas urbanos. Esse quadro resultou em um contínuo processo de desqualificação do território municipal.

Nesse contexto de construção de loteamentos precários que Ribeirão das Neves se insere na conjuntura da Região Metropolitana como um “bairro popular” e não somente como uma cidade-presídio. Um território fragmentado internamente, mas articulado com a capital mineira, sendo essa articulação, como dito anteriormente, contraditória, “uma conexão metropolitana com um território espacialmente central, mas pensado para ficar isolado da metrópole” (CAMPOS, 2009, p. 91).

Através do estudo⁴ elaborado pelo Observatório das Metrôpoles em 2004, o município de Neves apresentou o grau “muito alto de interação ao polo”. Para tal resultado foi observado a renda salarial per capita das famílias no ano de 2000, esse critério favorecem para indicar a dimensão da pobreza e da desigualdade social. O resultado colocou Neves no conjunto das áreas da RMBH que apresentam as maiores taxas de desemprego, alto percentual de déficit habitacional e elevado número de domicílios com adensamento excessivo.

Em entrevistas aos moradores de Ribeirão das Neves, quando questionados a respeito das vantagens e desvantagens da proximidade da cidade com a capital, a grande maioria afirma que é vantajosa e necessária essa vizinhança uma vez que em Belo Horizonte a oferta de serviços e a oportunidade de emprego são maiores. O deslocamento para a capital é feito também devido ausência de cultura e lazer em Ribeirão das Neves.

Concomitantemente a caracterização que Ribeirão das Neves recebe por deter baixa renda per capita, altas taxas de desemprego, de déficit habitacional, de adensamento populacional, assim como expressivo movimento pendular e elevado nível de violência, a proximidade com Belo Horizonte e seu alto nível de integração com a RMBH determinaram sua condição atual precária.

⁴ O grau de interação que as cidades possuem com a metrópole foi classificado no estudo elaborado pelo Observatório das Metrôpoles em 2004. O documento “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias” levou em consideração questões sociais – demográficas, econômicas, habitacionais, criminais, entre outras para medir o grau de interação com a dinâmica metropolitana.

4.2 Segregação e espaço homogêneo

Ribeirão das Neves vivenciou um crescimento intenso na década de 1970 em resposta a um quadro nacional de segregação das metrópoles brasileiras na época, um momento em que a fragilidade das políticas de regulação do solo contribuíram para o processo de periferização.

Segundo Andrade e Mendonça (2010) a periferização da metrópole belo-horizontina foi causada principalmente devido a decorrência da exclusão da classe trabalhadora dos espaços urbanos com melhores infraestruturas. A partir da entrevista de uma moradora e nativa da cidade, Ribeirão das Neves é:

Uma cidade sem infraestrutura para o crescimento macroestrutural. Sem grandes oportunidades de trabalho, por isso considerada como cidade dormitório. O crescimento urbano desestruturado gerou grande crescimento populacional sem qualidade de vida. (M. L, 2013)

Essa classe excluída depende da área central, por trabalho, serviço, educação e também lazer e sofre com um transporte público de baixa qualidade e preço não compatíveis com a condição da população que mais os utiliza.

Tal conjuntura de exclusão e periferização teve como respaldo a ação de sujeitos que atuaram em Belo Horizonte, de forma direta e indireta. Diretamente, a atuação se deu devido aos grandes vazios urbanos que se formaram nas áreas mais centrais da RMBH que dotadas de infraestruturas, eram valorizadas e podiam ser comercializadas por um preço maior. A forma indireta de atuação foi com a criação de loteamentos de qualidades insatisfatórias nas periferias, como um destino a população que não tinha condição de se instalar nas áreas centrais (ANDRADE e MENDONÇA, 2010).

Neves entra no cenário metropolitano como “cidade presídio” e “cidade dormitório” ambas as funções contribuem para que a cidade tenha uma imagem negativa quanto a atração de população, comércio e indústrias. A imagem de cidade presídio permanece ainda como estigma. Em nossas entrevistas, a grande maioria dos entrevistados confirmou esse aspecto negativo devido a presença das penitenciárias. Alguns ainda apontaram o preconceito que o estigma proporciona quando falam que são moradores de Ribeirão das Neves. No ano de 2013 a população se uniu contra a implantação do novo complexo penitenciário, entretanto todas as manifestações nas ruas e participações da sociedade civil em audiências públicas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, além de um abaixo-assinado milhares de assinaturas,

não impediram a construção da penitenciária, com capacidade para três mil detentos, inaugurada no mesmo ano.

A cidade ainda é caracterizada com um alto grau de dependência em relação a Belo Horizonte, principalmente no que diz respeito ao trabalho: quase metade da sua população que trabalha o faz em Belo Horizonte (FJP, 2004). Na realidade, menos da metade da população trabalhadora exerce sua ocupação no próprio município. Grande parte dos entrevistados apontaram a dependência comercial, institucional e de serviços diversos em relação a capital.

Com uma população de composição homogênea, Ribeirão das Neves não possui grandes diferenças entre seu espaço periférico e central. A população se constitui na sua grande maioria de classe média baixa, baixa renda e pouca escolaridade. A mobilidade diária dos moradores para cidades vizinhas a trabalho ou estudo é uma forma de observar a falta de oportunidades da cidade e a precariedade da mesma. Esse deslocamento é característico das áreas segregadas socioespacialmente uma estrutura de centro-periferia com a formação dos municípios “dormitórios” para a população pobre (ANDRADE e MENDONÇA, 2010).

A homogeneidade contribui para enfraquecer a capacidade de formação de capital social e, por conseguinte, fragiliza as condições para o desenvolvimento individual e coletivo:

Para os pobres urbanos espacialmente segregados e com laços trabalhistas frágeis parecem confluir pelo menos dois processos que reduzem as suas chances de acumular capital social. Por um lado, seu isolamento em relação a outros estratos da sociedade. Por outro, as dificuldades para constituir instituições e redes sociais locais que deem suporte a esse capital. (KAZTMAN E FILGUEIRA, 2006 *apud* ANDRADE e MENDONÇA, 2010)

Apesar de ser uma classificação de difícil mensuração os autores acima exploraram alguns dados - renda per capita, arrecadação municipal - do Censo Demográfico de 2000 para categorizar a população nevensense como homogênea. Tal estudo mostra que em Ribeirão das Neves apenas 1,18% da população recebe mais que 20 salários mínimos e mais de 70% recebem até cinco salários mínimos. Campos (2009) nomeia o espaço de Neves como sendo um “bairro popular” da RMBH, local de decisões políticas que se contradizem e não proporcionam o desenvolvimento da cidade:

Os processos decisórios do Município de Ribeirão das Neves são comandados e coordenados pelo Estado, *de cima para baixo*, como instância de poder superior e separada da vontade cidadã. Estado e

coletividade municipal constituem-se, portanto, em forças antagônicas atuando dentro de um mesmo espaço, operando de modo desigual e contraditório, comprometendo os possíveis avanços em termos de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (CAMPOS, 2009, p. 113).

De modo geral quando analisamos o espaço de Ribeirão das Neves, pautado no seu crescimento histórico e econômico juntamente com o cenário atual podemos afirmar que tal município é em essência um “bairro popular”, utilizando da nomenclatura de Campos (2009), que se localiza na periferia da metrópole belo-horizontina e apresenta uma série de carências estruturais.

CONCLUSÕES

Ribeirão das Neves é um caso particular na RMBH. O processo de segregação socioespacial observado na cidade é consequência de um crescimento urbano baseado na implantação da Penitenciária Agrícola de Neves, a PAN, e de ações públicas e privadas que atuaram, e atuam de modo a modelar o espaço nevensense durante a expansão metropolitana. Tal expansão caracterizada como centro-periferia, proporcionou a Neves a concentração de uma população de baixa renda em seu território, onde os capitais imobiliários ao se apropriarem dos terrenos oferecidos a essa população promoviam a territorialização em diversas áreas da cidade. Junto a isso temos a ausência de uma base econômica forte e escassos recursos públicos investidos na cidade, o que configura num cenário em que grande parte da população busca nas cidades vizinhas serviços de atendimento básico, trabalho, educação e lazer.

Neves é uma cidade de características políticas e socioculturais pouco expressivas, um espaço fragmentado e desarticulado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Entretanto, o município é ao mesmo tempo dependente e necessário para a capital e cidades vizinhas, uma vez que é a cidade dormitório da mão-de-obra que se desloca diariamente para trabalhar. Não somente dependência de trabalho como também dependência de instituições de ensino, locais de lazer e cultura.

A presença dos presídios é outro fator que não contribui para a imagem e o desenvolvimento da cidade. Com um total de cinco penitenciárias, Neves confirma seu espaço carcerário frente à RMBH. Como observado a proximidade e os acordos de interesses particulares dos governantes determinaram para que a cidade obtivesse a titulação de 'cidade-presídio'.

A implantação desses empreendimentos prisionais marcou Ribeirão das Neves como território da pobreza e da criminalidade, o estigma de um território representa a todos que ali residem. O município sofre duplamente com esse estigma, primeiro pela presença dos presídios e segundo por suas altas taxas de criminalidade. Entretanto esse estigma traz, mesmo de forma precária, benefício com os empregos indiretos que as penitenciárias proporcionam a população local.

Mais recentemente o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, elaborados em 2006, buscam promover um processo de mudança nas políticas urbanas para a melhoria da qualidade de vida da população e conter a perpetuação do padrão de urbanização que se disseminou no território municipal, marcado pela ilegalidade urbana e desintegração interna.

Essa preocupação do Estado sinaliza um empenho em mudar a cidade, mas que contradiz o que se observa desde a origem de Neves: os processos decisórios são comandados e coordenados pelo Estado, “de cima para baixo” e “de fora para dentro”, ou seja, como instância de poder superior e separada da política local. Esse fato pode ser constatado pelas políticas estatais que tratam a infraestrutura e equipamentos urbanos coletivos a exemplo dos setores privados, sem um real compromisso com os usuários e atendimento a uma necessidade diária, promovendo um contínuo processo de “espoliação urbana”.

Ribeirão das Neves é uma cidade de múltiplas faces. Suas características de cidade dormitório e de baixo IDH se confundem com o constante deslocamento das pessoas que começam a melhorar o comércio local. As entrevistas mostraram que muitos moradores veem Neves como uma cidade boa para se morar apesar do crescimento desordenado. Alguns afirmaram que o comércio está melhorando com a abertura de lojas âncoras, academias e a implantação de um shopping no centro da cidade, com previsão de início das obras nos próximos anos.

De modo geral nosso trabalho permitiu mostrar que Neves possui uma homogeneidade de sua população, fato que propicia a reprodução da pobreza, ambos causados pelo processo de segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J. G. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. **Cadernos Metrópole**, PUC-SP, v. 23, p. 169-188, 2010.
- ANDRADE, T. B. **Plano Diretor do Município de Ribeir  das Neves**. 2009.
- ANJOS, A. F.; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A Periferia Urbana em questão**: um estudo socioespacial de sua forma o. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, p. 181-197, 2007.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodu o do espaço como expediente de reprodu o da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). **A produ o capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa- mega, 1982. Resenha de: COL , E. V. Periferias de São Paulo, de Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. Março, 2011. Disponível em: <<http://politiquese.wordpress.com/2011/03/21/16/>> Acesso em: 01 nov. 2013.
- BRITO, F.; SOUZA, J. . A metropoliza o da pobreza. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998, Caxambu, MG. **Anais do XI Encontro nacional de Estudos Populacionais - Popula o: Globaliza o e Exclusão**, 1998. v. 1. p. 489-516.
- CALDEIRA, T. P. do R.. **Cidade de muros**: Crime, segrega o e cidadania em São Paulo. Tradu o de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 34 ed. São Paulo: Edusp, 2000. 400p.
- CAMPOS, P. R. **O Município de Ribeir  das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano**. Ano de Obten o: 2009. 188p. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Minas Gerais.
- CAMPOS, P. R.; MONTE-MOR, R. L. M. O arquipélago de Ribeir  das Neves: a velha segrega o na metrópole belo-horizontina. **Caderno de Produ o Discente do Núcleo de Pós-Gradua o em Arquitetura e Urbanismo**. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais., Belo Horizonte, p. 118 - 139, 30 nov. 2009.
- CASTRO, I. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1996.
- CORREA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo:  tica, 2004.
- COSTA, G. M.; FLORES, C. E. A expressão sócio-econ mica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Encontro Transdisciplinar Espaço e Popula o, 2003 (Campinas). **Encontro Transdisciplinar Espaço e Popula o**. Campinas: Unicamp/ABEP, 2003. v. 1.
- FERNANDES, J. S. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeir  das Neves**. Ano de obten o: 2008. 194p. Tese (Doutorado em Ciências Econ micas) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

FERNANDES, J. S.; Brito, F. A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferação, nos anos 80 e 90. In: Seminário sobre Economia Mineira, XIII, 2008, Diamantina. **Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Pesquisa Origem Destino**: 2004. Belo Horizonte, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves**. 1980. 211p.

GONÇALVES, T. G. B. **Periferias segregadas, segregação nas periferias: uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo (RJ) no contexto regional**. Ano de Obtenção: 2013. 218p. Dissertação (Mestrado) - UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

KAZTMAN, R. e FILGUEIRA, F. **Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones em las fronteras del enfoque AVEO**. Montevideo, Universidad Católica del Uruguay, Serie Documentos de Trabajo del IPES / Colección Aportes Conceptuales n. 4. 2006.

KOWARICK, L. **Autoconstrução de moradias e a espoliação urbana**. In: Espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 55-74.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, 145 p.

MARQUES, E. TORRES, A. **São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais**. Ed. Senac, São Paulo, 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. v. 1. 204p.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.4, p. 21 – 33. 2000.

MENDONÇA, J. G. de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 252f. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **RMBH a região que habitamos**. IV Conferência Metropolitana da RMBH. Minas Gerais, 2013. CD-ROOM.

OLIVEIRA, D. C. de ; SANTANA, V. C.; MEIRA, T. A. V.. **Desenvolvimento Capitalista: um debate sobre a relação centro-periferia**. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), v. 17, p. 2, 2013.

PAULA, K. A. **Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros centro e João Braz em Viçosa (MG)**, 2011. 101p. Monografia de Conclusão de Curso

(Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

PLAMBEL. **A Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: [s.n.], 1994.

PLAMBEL. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Ribeirão das Neves**. Belo Horizonte: [s.n.], 1983.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. **Plano diretor do município de Ribeirão das Neves**. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. **Lei de Uso e Ocupação do Solo**. Ribeirão das Neves: PMRN, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q.. Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território. In: Elias Rassi Neto; Cláudia Maria Bógus. (Org.). **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada** - (Série Técnica. Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde). Brasília/DF: OPAS/OMS, 2003, v. 3, p. 155-180.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. Editora Hucitec, 1994

_____. **A Natureza do Espaço**. Ed. USP. São Paulo, 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a Geografia Crítica**. Ed. USP. São Paulo, 2002.

SOUSA, E. A. **Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do Bairro Metropolitano**, Ano de Obtenção: 2002. 186p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC - MG.

SOUZA, L. G. R.; TORRES, L. P. P.; AZEVEDO, L. **Áreas urbanas centrais RMBH: Confins, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Belo Horizonte**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Ministério das Cidades, 2011. 195 p. + 1CD-ROM

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 14ª. ed. São Paulo: Contexto, 1988. 80p .

VILLAÇA, F. J. M.. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel Editora, 1998. 373p.

ANEXOS

ANEXO I

Vista parcial do centro de Ribeirão das Neves na década de 1950 e 2000, respectivamente. Fonte: Atlas Escolar Histórico e geográfico de Ribeirão das Neves. PMRN, 2005.



ANEXO II

Modelo utilizado para as entrevistas à população.

Entrevista

Objetivo: identificação do entrevistado (idade, local de nascimento e moradia).

Nome: _____

Idade: _____ Local de nascimento: _____

Bairro onde mora: _____

Morador de Neves

Objetivo: identificar os motivos que fazem os moradores de Neves deslocarem para outras cidades da RM. Cidade dormitório,

1. Você sempre morou em Neves? Caso não, quando se tornou morador?

2. Qual o motivo de ter vindo morar em Neves?

3. Você trabalha?

Sim, em Neves. Sim, em BH. Não.

Sim, em outra cidade. Qual? _____

4. Com que frequência você vai a BH ou em outra cidade próxima? Qual o principal motivo?

Visão de Neves

Objetivo: constatar como Ribeirão das Neves é vista por seus moradores. Caracterização da cidade de acordo com os entrevistados.

5. Qual sua visão de Ribeirão das Neves?

6. Você poderia me falar um pouco da história do crescimento de Neves?

7. Quais pontos positivos e negativos que você observa em Neves. (ao menos dois de cada).

8. Cite 03 (três) serviços públicos que podem ser melhorados em Neves:

Neves e a RMBH
Objetivo: Constatar a influência de BH e RMBH em Neves. Neves como cidade segregada e periférica assim como ela é tratada por muitos autores.

9. A proximidade com Belo Horizonte é uma vantagem ou uma desvantagem? Por quê?

10. Neves têm uma dependência mais institucional ou comercial em relação à BH?

11. Do ponto de vista do lazer Neves oferece opções de entretenimento?

12. Quanto ao serviço de transporte entre os municípios, eles atendem as necessidades dos moradores?

13. Em relação à saúde, educação, investimentos municipais para desenvolvimento, qual a atual situação desses em Neves?

14. Em sua opinião porque Ribeirão das Neves foi a cidade metropolitana escolhida para ser sede das penitenciárias?

15. Os presídios trazem alguma influência para Neves? Qual?
